

ILUSTRE SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIVINO/MG

Aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação do Município de Divino/MG, nos termos do item 05, Seção XVI do Edital.

Tomada de Preços nº 005/2022
Processo Licitatório nº 082/2022

ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 44.618.485/0001-57, com sede na Rua Castelo de Alcazar, nº 125, Castelo, Belo Horizonte/MG, CEP 31.330-10, vem, respeitosamente, apresentar as presentes **Contrarrrazões ao Recurso Administrativo** apresentado pela empresa **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.**, nos termos do art. 109, §3º da *Lei nº 8.666/93*.

I. DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES

Consoante o disposto no art. 109, §3º da *Lei nº 8.666/1993*, uma vez interposto o recurso, deve haver comunicação do seu conteúdo aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Nos termos dos andamentos do respectivo certame, os licitantes foram comunicados dos recursos no dia 10 de outubro de 2022 (segunda-feira), sendo que, considerando o prazo de 05 (cinco) dias úteis, o prazo fatal dar-se-á em 17 de outubro de 2022 (segunda-feira), **posto que tempestivas as presentes contrarrrazões.**

II. DO MÉRITO

II.1 – DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Alega a empresa Recorrente **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, que a Recorrida **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA** não cumpriu integralmente o item 1.11 e 1.12.1, da *Seção VI “das condições de participação na licitação”*, no campo da Qualificação Técnica do edital, eis que apresentou Certidão de Responsabilidade Técnica supostamente desatualizada do profissional técnico que representa a empresa, em data inferior a 60 (sessenta) dias.

A Recorrente ainda aponta que a Certidão de Quitação e Registro da pessoa jurídica também consta em nome do responsável técnico, e que, no entanto, embora a validade desta Certidão seja de 01 (um) ano, neste meio tempo o responsável técnico poderá rescindir o contrato de prestação de serviço ou o contrato de trabalho, fazendo-se necessário a Certidão de Responsabilidade Técnica do Profissional atualizada.

Veja o que dispõe os itens em questão do instrumento convocatório:

1.11- Prova de registro ou inscrição e quitação de pessoa jurídica e do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, conforme objeto social da empresa, que irá acompanhar a execução do serviço, com vigência plena.


1.12.1 – O detentor dos atestados deverá ser o Responsável Técnico pelos serviços.

O edital é categórico em exigir tão somente o documento que comprove o registro ou inscrição e quitação de pessoa jurídica e do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, **com vigência plena**.

Primeiramente, verifica-se que o instrumento convocatório não exige nenhum prazo de validade para a certidão, **dispondo tão somente que ela deve ter vigência plena**. Não há **nenhuma exigência de prazo de 60 (sessenta) dias**, como apontado pela Recorrente.

Essa vigência plena diz respeito à data de validade que consta no canto superior direito da certidão, conforme se observa no print abaixo:

Página 1/2

 **CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Nº 2896556/2022
Emissão: 25/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: w7x2c

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a) _____

Profissional: EMERSON RIBEIRO LESSA
Registro: 1404099638
CPF: 954.659.376-91
Endereço: RUA AMÉRICO LUZ, 545, APTO 401, GUTIERREZ, BELO HORIZONTE, MG, 30441094

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 17/09/2001

A validade, conforme observa, se dá até a data de 31 de março de 2023. Ou seja, **a certidão encontra-se EM VIGÊNCIA PLENA**, não havendo o que se falar em certidão desatualizada, como tenta forçar a Recorrente.

Ademais, na hipótese do Sr. Engenheiro Responsável Técnico pela empresa eventualmente rescindir o contrato de prestação de serviços com a Recorrida, a Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica, que também se encontra em vigência plena até 31 de março de 2023, deverá ser alterada perante o órgão responsável – CREA, sendo essa uma exigência para o documento não perder a validade.

Um detalhe importante é que não houve rescisão do contrato, assim, não houve a necessidade de alteração da certidão.

Não faz nenhum sentido ter que alterar a certidão a cada 60 (sessenta) dias. É uma sujeição desnecessária a burocracias, indo contrário do que a própria lógica do CREA prevê. Ora, se a certidão prevê validade até 31 de março de 2023, ressaltando a exigência de atualização em caso de alteração dos elementos cadastrais nela contido, **qual o sentido de ter que ser alterada no prazo informado pela Recorrente?**

O próprio sítio eletrônico do CREA/MG¹, estampando a data de validade que está informada na Certidão, assim prevê no campo específico de Registro de Pessoa Física, como é o caso do engenheiro técnico responsável:

Validade: A Certidão de Registro e Quitação tem validade para o período de 1º de janeiro a 31 de março do exercício seguinte. Se houver alguma restrição cadastral, a certidão será emitida com prazo de validade inferior.

Como não há nenhuma restrição cadastral no registro da Recorrida, o prazo de validade foi até 31 de março de 2023.

Destarte, como bem introduzido pelo Recorrente em suas razões recursais, dentre as principais garantias que cercam o processo licitatório, destaca-se a vinculação ao edital que regulamenta o certame, já que é nele que é definido tudo que é importante para a licitação, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está ali previsto.

No caso, não há nenhuma exigência específica de prazo da certidão, valendo tão somente a certidão **com vigência plena**. Portanto, razões não assiste a empresa Recorrente **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, devendo ser desprovido seu recurso e **mantida a decisão da II. Comissão Permanente de Licitação que habilitou a empresa ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA**.

II.2 – DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE NOTA EXPLICATIVA NO BALANÇO PATRIMONIAL

Além dos infundados argumentos rebatidos no tópico antecedente, alega a empresa Recorrente que a Recorrida apresentou Balanço Patrimonial, exigido no item 1.17 do Edital, sem a presença de “notas explicativas”, o que supostamente está em discordância com a Resolução CFC 1.255/2009, dando ensejo à desclassificação.

Para fins de calhar o exposto, segue o item 1.17 do Edital, da *Seção VI “das condições de participação na licitação”*, no campo da Qualificação Econômico-Financeira:

1.17 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

¹ <https://www.crea-mg.org.br/servicos/certidao-registro-quitacao>

Como se observa, não há qualquer tipo de exigência de apresentação de notas explicativas junto ao Balanço Patrimonial da empresa. O Edital exigiu tão somente o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente registrado na junta comercial – o que foi cumprido, com o intuito exclusivo de demonstrar a boa situação financeira da empresa. Tudo isso foi feito pela Recorrente, conforme se observa nos seus documentos de habilitação.

No ensejo, cabe à Administração, diante de cada caso concreto, identificar a forma como as licitantes farão a comprovação da qualificação econômico-financeira, **sem, contudo, poder inovar e agir de forma arbitrária criando obrigações e direitos novos**, estando adstrita, neste caso, ao rol discricionário do art. 31 da Lei Federal nº 8.666/93. Veja:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:
I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

Tal obrigação decorre do Princípio da Legalidade ao qual a Administração se encontra subordinada, traduzindo-se na possibilidade de agir tão somente conforme determinado em lei. Ou seja, mesmo na discricionariedade, deve vincular-se às opções legais definidas nas legislações de regência.

O caput do art. 31 determina, de forma taxativa, que a documentação relativa à qualificação econômico-financeira se limita aos três incisos abaixo apresentados. Caso a administração aja de outra forma, estará atuando em desconformidade legal, infringindo o Princípio constitucional da Legalidade.

Nesse sentido, veja a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, respectivamente:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE “PREGÃO PRESENCIAL” INABILITAÇÃO DA APELANTE. APRESENTAÇÃO DE **NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO CONTÁBIL. EXIGÊNCIA QUE EXTRAPOLA O DISPOSTO NA LEI Nº 8.666/93.** A Lei de Licitações traz a exigência de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis da licitante. **Nada refere a regra legal quanto à necessidade de “Notas Explicativas” ao balanço contábil.** Aliás, quanto aos documentos comprobatórios da qualificação econômico-financeira dos licitantes, vige o princípio da instrumentalidade das formas, de modo que para exame da capacitação financeira basta que os documentos sejam suficientes para que a Administração analise a condição econômica da empresa. **E isso é possível com o extrato do balanço contábil, sendo que a ausência de tais Notas Explicativas não implica em presunção de inidoneidade de sua contabilidade.** (Apelação Cível, Nº 70024316176, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Genaro José Baroni Borges, Julgado em: 09-07-2008).

APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – Inabilitação em qualificação econômico-financeira por ausência de apresentação de notas explicativas aos balanços patrimoniais e demonstrações contábeis – **Ilegalidade – Exigência não contida no art. 31, I, da Lei nº 8.666/93** – Precedentes – Sentença de improcedência reformada – Concessão da segurança – Apelação provida. (TJSP; Apelação Cível 1003330-58.2020.8.26.0625; Relator (a): Ana Liarte; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Público; Foro de Taubaté - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 05/08/2021; Data de Registro: 05/08/2021)

A exigência de notas explicativas a fim de complementar as demonstrações contábeis, ao ensejo, é demasiadamente excessiva e, como dito, não consta expressamente do instrumento convocatório. Tal documento não altera a finalidade exigida pelo Município de Divino/MG, e não implica a presunção de inidoneidade da contabilidade da licitante, tendo o balanço patrimonial apresentado sido suficiente para demonstrar a saúde financeira, como exigido no item 1.17.

O que se percebe no caso é que a empresa Recorrente, **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, está se apegando a excessivos rigores burocráticos que não estão explícitos no instrumento convocatório, para fins tão somente de obter a desclassificação da Recorrida.

Assim, pelas razões e fatos expostos acima, requer-se seja o recurso apresentado pela empresa **EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**. **INTEGRALMENTE DESPROVIDO**, mantendo incólume a decisão da il. Comissão Permanente de Licitação que habilitou a empresa **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA**.

III. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, alicerçado nos argumentos acima desenvolvidos, bem como na legislação aplicável à espécie, a empresa **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA** requer a esta r. Comissão Permanente de Licitação que **NEGUE PROVIMENTO AO RECURSO**, com base em toda a fundamentação trazida nestas razões recursais, para o fim de manter inalterada a decisão que a habilitou na licitação!

Nesses termos,

Pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 17 de outubro de 2022.

ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA

CNPJ: 44.618.485/0001-57